

## REVISITANDO O PARADIGMA REALISTA: O PAPEL DA DIMENSÃO CULTURAL EM EDWARD CARR, HANS MORGENTHAU E RAYMOND ARON

Danilo Reis (UEPB)  
daniloreisri@gmail.com

**Resumo:** Este artigo visa analisar a importância dos aspectos culturais em três textos clássicos para o paradigma realista: “Vinte anos de crise”, de Edward Carr, “Política entre as nações”, escrito por Hans Morgenthau, e “Paz e guerra entre as nações”, elaborado por Raymond Aron. Em Carr, explora-se a problemática do controle sobre a opinião enquanto aspecto de poder; de Morgenthau analisa-se o imperialismo cultural e o papel da índole nacional para a ação externa; extrai-se de Aron a noção de “ideia” enquanto objetivo de política internacional, além da concepção sobre o caráter nacional e sua consequência para o sistema internacional heterogêneo. Conclui-se que o estudo desses textos clássicos, quando empreendido sob a perspectiva cultural, é capaz de questionar três pressupostos fundamentais comumente relacionados ao paradigma realista: o poder, a hierarquia entre os assuntos, comumente representada pela distinção entre política superior e política inferior, e os Estados nacionais como unidades metodologicamente coesas nas suas ações em política externa.

**Palavras-chave:** Teoria das Relações Internacionais. Realismo. Dimensão Cultural.

**Abstract:** This article aims to analyze the importance of the cultural aspects in three classic works for the realist paradigm: “The Twenty years’ crisis”, by Edward Carr, “Politics among nations”, written by Hans Morgenthau, and “Peace and war”, conceived by Raymond Aron. In Carr, the argument about the control over public opinion is researched; cultural imperialism and the national character’s role toward foreign actions are investigated in Morgenthau; in Aron, the notion of “idea” as an issue of world politics, the comprehension of national character and its consequences for a diversified international system are studied. The following conclusions have been achieved in this paper. The cultural reflection over these classic texts is able to inquiry three fundamental assumptions broadly related to the realist paradigm: power, the hierarchy of issues, commonly portrayed as high politics and low politics, and the States represented as key units of analysis in their foreign policy behaviour.

**Key-words:** International Relations Theory. Realism. Cultural Dimension.

### Introdução

Estados nacionais, anarquia, segurança e poder são aspectos geralmente destacados nos estudos sobre o paradigma realista em relações internacionais (DUNNE; SCHMIDT, 2011, p. 86-7). Nessa perspectiva, os Estados, enquanto unidades de análise metodologicamente racionais e integradas, são os atores dominantes da sociedade internacional. Esses protagonistas atuam em um mundo cuja característica fundamental é a ausência de um governo central capaz de exercer soberania sobre os Estados nacionais.

O realismo advoga que, nesse sistema internacional anárquico, os Estados devem se preocupar, sobretudo, com assuntos relacionados à segurança, ou seja, com a política superior. Portanto, há uma hierarquia nas problemáticas com as quais os diferentes países lidam, sendo a área militar a mais relevante, enquanto os assuntos econômicos e sociais são secundários, referenciados como política inferior (VIOTTI; KAUPPI, 2012, p. 40). A constante necessidade de poder e do uso das capacidades bélicas têm por finalidade a busca dos objetivos e interesses nacionais.

Na historiografia das Relações Internacionais, o realismo é visto como a teoria dominante (JATOBÁ, 2013, p. 18), ainda que esta noção, e a própria ideia de um realismo homogêneo, possa ser questionada ao se analisar a construção dos mitos e a forma convencional como a história da disciplina é apresentada (SCHMIDT, 2005, p. 4). Não obstante, no presente trabalho, ao se destacarem os aspectos culturais no paradigma em questão, opta-se por uma análise positivista usual.

Parte-se de uma definição ampla da dimensão cultural, como aquela apresentada por Marcel Merle, segundo a qual cultura é o “conjunto de sistema de valores e de representações que servem como referência para a identificação de grupos nacionais, subnacionais ou supranacionais” (MERLE *apud* SUPPO, 2012, p. 14). Assim sendo, entende-se “cultura” como o conjunto de fatores que relacionam a identidade individual com aquela identidade inerente a um grupo de indivíduos (MARTINS, 2007, p. 30), sendo este grupo associado, no presente trabalho, à ideia de nação, usualmente apresentada pelo paradigma realista como a população de um Estado.

Alicerçado em uma metodologia exploratória, descritiva e qualitativa, o artigo propõe a análise do paradigma realista, já amplamente explorado. Porém, o presente trabalho se concentra em um aspecto específico, o cultural, ainda pouco analisado, sobretudo no Brasil (LESSA, 2012, p.7). O objetivo do presente artigo centra-se em destacar a relevância que a dimensão cultural possui em três textos clássicos do paradigma realista, visando questionar ou corroborar os pressupostos elementares desta perspectiva teórica.

Com vistas a cumprir esse objetivo, o artigo estrutura-se em três partes, além da introdução e das considerações finais. De início, procura-se explorar, no livro “Vinte anos de crise 1919-1939”, escrito por Edward H. Carr, o papel da cultura na concepção apresentada pelo autor sobre a ideia de poder na política internacional. Argumenta-se que a dimensão cultural é relevante para Carr, haja vista a sua análise da noção de convencimento e persuasão, um dos três fatores do poder, e a consequente importância da propaganda soviética como instrumento deste poder para a concretização dos interesses daquele Estado.

A segunda parte trata da obra “A política entre as nações”, escrita por Hans Morgenthau. Destacam-se duas ideias apresentadas por este autor como relevantes para a atual análise: o “imperialismo cultural” e a “índole nacional”. Ademais, intenta-se a construção de um diálogo entre Carr e Morgenthau sobre os pontos convergentes nas suas obras.

Por fim, na terceira parte, analisa-se a obra “Paz e guerra entre as nações” de Raymond Aron. São abordados seus objetivos em política externa, dos quais a “glória” e a “ideia” são os mais relevantes para o presente estudo. Invoca-se, ainda, sua análise sobre o caráter nacional e sobre o sistema internacional, relacionando-se suas ideias com aquelas previamente estudadas. Ademais,

destaca-se o artigo “O papel da dimensão cultural nos principais paradigmas das relações internacionais”, escrito por Hugo Suppo, como o texto-base para a argumentação durante todo o presente trabalho, com exceção das inferências e das considerações finais.

### **1. Edward Carr: o poder sobre a opinião**

Ao analisar o poder nas relações internacionais, Carr (2001, p. 143) o divide em três formas principais: político, militar e sobre a opinião. Todas são essenciais e associadas entre si, porém, apenas o último aspecto será discutido neste artigo. O poder sobre a opinião consiste na ação de convencimento, Carr inicia seu estudo afirmando que a capacidade de persuasão sempre fora característica fundamental dos líderes políticos, contudo, é na história contemporânea que esta persuasão passa a ser sistematizada pelos governos.

Em democracias ou em regimes totalitários, a liberdade de pensamento é confrontada com limitações à veiculação de informações, seja através da propaganda governamental direta, seja por meio de corporações que, devido aos seus interesses, colaboram com a máquina estatal e legitimam o *status quo*. Na época moderna, com o aumento das forças sociais significativas para o processo político, alargou-se a necessidade de convencimento das massas. Carr (2001, p. 173) aponta a padronização decorrente da propaganda, através do rádio, do cinema e da imprensa, como ferramentas essenciais para a ampliação do poder sobre a opinião pública nacional e externa.

Como instrumento sistematizado, até a Primeira Guerra Mundial a propaganda apenas havia sido utilizada por grupos revolucionários. Contudo, durante o conflito, a distribuição de folhetos com o objetivo de estimular rebeliões nas linhas inimigas foi recurso empregado como parte da chamada “guerra psicológica”. Combatia-se, desta forma, o moral dos inimigos. Tal prática auxiliou, ademais, na fragmentação da fronteira entre o civil e o militar, passando ambos a ser alvos mais recorrentes das estratégias ofensivas dos beligerantes (CARR, 2001, p. 176-7).

A interdependência entre as três formas de poder previamente expostas teria sido essencial, de acordo com Carr (2001, p. 178), para a vitória dos aliados. Contudo, o fim da guerra não eliminaria o uso da propaganda nas relações internacionais. Suppo (2013, p. 18) corrobora com Carr ao destacar as fraquezas militar e econômica do regime soviético como os motivos principais para que a Internacional Comunista tenha sido a organização pioneira na aplicação de uma propaganda sistematizada de larga escala no âmbito externo.

Há outra razão significativa para que a Internacional Comunista tenha utilizado o controle sobre a opinião como um recurso relevante da sua ação externa: a noção de um sistema de valores universais, visão no qual os comunistas foram pioneiros. Ademais, ao propagar uma doutrina internacional, uma

ideologia própria, a União Soviética pressupunha a ideia da existência de uma opinião pública internacional (CARR, 2001, p. 179). O debate sobre a eficácia da propaganda é então abordado; o controle sobre a opinião no âmbito externo apenas é eficiente quando os poderes militar e econômico são associados ao primeiro.

Por exemplo, o comunismo internacional, os ideais iluministas, o livre comércio e o sionismo adquirem força ao serem associados, respectivamente, à União Soviética, à França napoleônica, ao Reino Unido e às grandes potências. Por outro lado, a Primeira e a Segunda Internacional, o trotskismo, os ideais revolucionários de 1848 e a Liga das Nações fracassaram, em grande medida, pela ausência de apoio de unidades nacionais relevantes que pudessem vincular à ideologia as capacidades militar e econômica, um “lar nacional” (CARR, 2001, p. 181).

A continuação dessa prática persuasiva, após o término da Segunda Guerra, pode ser constatada na criação de agências oficiais e semioficiais de estímulo à propaganda e pelo surgimento de tratados internacionais com cláusulas específicas sobre limitações a esse tipo de atividade (CARR, 2001, p. 178). A criação do British Council, em 1935, com o objetivo de disseminar o pensamento e o estilo de vida britânicos, comprova que não foram apenas os regimes totalitários que passaram a utilizar a propaganda com interesses internacionais a partir da primeira metade do século XX. Além disso, as democracias teriam seguido, no campo da opinião, o oposto das diretrizes do conceito liberal clássico ao estabelecerem controles artificiais à propaganda.

Todavia, há limitações para a sua eficácia. Estas contenções seriam de duas formas principais: a necessidade de algum grau de relacionamento da propaganda com o fato e o pensamento utópico da natureza humana (SUPPO, 2012, p. 19). Uma política propagandista inverossímil não poderia funcionar perfeitamente. A propaganda alemã ,ridicularizando e menosprezando a capacidade dos seus inimigos durante a Primeira Guerra, é um exemplo: no momento do combate, os soldados alemães perceberam a inverdade da propaganda e questionaram a legitimidade da guerra.

Ademais, é característico do ser humano o questionamento em momentos adversos. A manutenção da opressão pelos privilegiados já é elemento nocivo à continuação da própria opressão devido à propensão humana de lutar contra as forças hostis (CARR, 2001, p. 186-8).

Desta forma, evidencia-se, no pensamento de Carr em “Vinte anos de crise”, a relevância dos aspectos culturais, ou seja, a importância que o controle sobre a opinião possui ao disseminar valores e representações articulados pelos governos. Uma vez que o poder é tido como um dos elementos fundamentais do paradigma realista e, de acordo com Carr, o controle sobre a opinião é um dos três fatores deste poder, comprova-se o protagonismo da dimensão cultural neste autor.

Além disso, ao afirmar que a execução de uma política internacional eficiente envolve os três aspectos do poder, pode-se argumentar que Carr equipara, nesse aspecto, a dimensão cultural às dimensões econômica e militar. Argumento esclarecedor, haja vista a construção do paradigma realista ser fundamentada, em grande medida, na hierarquia entre os assuntos, sendo prioritários aqueles relacionados ao poderio militar.

## **2.Morgenthau: imperialismo cultural e índole nacional**

Suppo (2012, p. 16-7) observa que o papel da cultura no pensamento de Morgenthau possui três dimensões: imperialismo, índole nacional e moral. Contudo, somente as duas primeiras serão analisadas no presente artigo. Por sua vez, o estudo sobre o imperialismo realizado por Morgenthau considera três formas expansionistas: militar, econômica e cultural. O termo “cultural” é conceituado como: uma ampla variedade de influências intelectuais. Destarte, explica-se a escolha exercida pelo autor de utilizar o termo “cultural” em detrimento do termo “ideologia”, que remeteria unicamente aos aspectos políticos dessa influência (MORGENTHAU, 2003, p. 124).

De acordo com Morgenthau, o imperialismo cultural é a política imperialista mais bem sucedida dentre as analisadas. Esta forma de imperialismo não tem por finalidade a obtenção de territórios – como o imperialismo militar – ou o controle da produção – como o imperialismo econômico. O objetivo é “o controle das mentes dos homens, como instrumento para alterar as relações de poder entre duas nações” (MORGENTHAU, 2003, p. 125). O autor considera, diante disso, a possibilidade da existência de uma cultura dominante, politicamente mais convidativa, subjugando as demais.

Não há, todavia, perspectiva de êxito completo por meio, unicamente, da ação imperialista cultural. Ainda que seja instrumento importante, o imperialismo cultural não é capaz de se sobrepor aos outros métodos de imperialismo. Desta forma, Morgenthau corrobora a análise de Carr sobre o poder quando este afirma ser necessário que os poderes político, militar e sobre a opinião sejam empregados conjuntamente. Cabe ressaltar que o poder sobre a opinião e o imperialismo cultural são perspectivas elaboradas por cada autor e, no presente artigo, assume-se que são análises complementares pela abordagem semelhante do fator cultural.

Morgenthau afirma que haveria uma sequência dos métodos imperialistas, cujo início se daria pelo imperialismo cultural. O papel deste seria, portanto, preparar “o terreno para a conquista militar ou a penetração econômica” (MORGENTHAU, 2003, p. 125). Da mesma maneira que Carr, Morgenthau considera o manejo das informações como o principal instrumento moderno desse meio de expansão controladora. Os exemplos principais seriam a quinta coluna nazista e a utilização da propaganda pelo regime soviético.

O êxito da promulgação dos ideais nazistas pela quinta coluna pode ser percebido na Áustria e na França. Naquele país, o próprio governo, influenciado pelo nacional-socialismo, teria convidado o exército alemão a controlar o Estado austríaco em 1938. Na França, importantes personagens políticas também seriam simpáticas ao nacional-socialismo promulgado pela quinta coluna, a ponto de Morgenthau argumentar não ser exagero afirmar “que esses países já estavam em parte aliciados pelos instrumentos do imperialismo cultural, antes que se tivesse completado a missão de conquista militar” (MORGENTHAU, 2003, p. 125-6).

Anteriormente, Carr havia estudado a propaganda comunista soviética como forma de controle sobre a opinião. Morgenthau complementa o estudo de Carr ao analisar a influência que o movimento comunista internacional exerceu na gerência dos partidos comunistas nacionais para, conseqüentemente, dominar politicamente os países da Europa Oriental. Ademais, a submissão aos ideais comunistas implicava o rompimento das lealdades nacionais, partidárias, religiosas etc (MORGENTHAU, 2003, p. 126-7).

Da mesma forma, Morgenthau (2003, p. 127) amplia o estudo de Carr ao explorar o papel do imperialismo cultural na rivalidade entre União Soviética e China. A competição acerca da herdeira genuína do pensamento comunista fora sempre constante no relacionamento dessas duas nações. À medida que outros Estados adentravam o hemisfério comunista e se filiavam ao pensamento chinês ou soviético, a legitimidade da ideologia do rival passava a ser questionada, enquanto a nação cuja ideologia fora escolhida adquiria maior credibilidade para o uso da sua doutrina como forma de poder.

O British Council fora citado por Carren a título de exemplo de utilização, pelas democracias, da cultura como forma de poder. O objetivo inicial dessa instituição seria difundir internacionalmente a língua, o pensamento e o modo de vida britânicos. Por sua vez, Morgenthau investiga as conseqüências do imperialismo cultural francês. A chamada “missão civilizadora”, ao propagar as qualidades da sociedade francesa, teria sido fundamental para o imperialismo colonial daquela nação nos países do Mediterrâneo Oriental. Além disso, o auxílio internacional à França nas duas guerras mundiais teria ocorrido, em grande medida, devido à “onda de simpatia pública ao redor do mundo” (MORGENTHAU, 2003, p. 128) proporcionada pelo êxito do imperialismo cultural francês durante a primeira metade do século XX.

Suppo (2012, p. 17) considera o “modelo cultural”, fator que forma o caráter de uma nação, como a segunda dimensão da cultura presente em Morgenthau. De fato, ao explorar as características do poder nacional, o autor de “Política entre as Nações” considera o aspecto cultural como um dos três elementos de natureza qualitativa que forma esse poder. Portanto, haveria um elemento abstrato e

permanente capaz de influenciar as ações políticas das diferentes nações: a índole nacional (MORGENTHAU, 2003, p. 251).

Esse elemento abstrato estaria relacionado com fundamentos intelectuais e morais característicos de cada país. Desta forma, os russos teriam força e persistência, os estadunidenses seriam inventivos e caracterizados pela iniciativa individual, os britânicos possuiriam “bom senso não dogmático” (MORGENTHAU, 2003, p. 256) e os alemães seriam herdeiros da disciplina prussiana. A ação externa dessas nações, de acordo com Morgenthau, é consequência, em certa medida, desses seus atributos peculiares.

As índoles nacionais alemã e russa tenderiam à transformação dos seus recursos em instrumentos de guerra mesmo em tempos de paz. Por outro lado, britânicos e estadunidenses, ao não possuírem essa mesma inclinação ao conflito, seriam continuamente alvos de guerras cujas características não poderiam definir, haja vista serem surpreendidos pelos Estados militaristas. Ademais, os artífices do Tratado de Versalhes teriam se equivocado ao não perceberem a importância da índole nacional germânica para a sua inclinação à guerra, uma vez que o tratado de paz limitava os recursos e as capacidades tangíveis disponíveis aos germânicos, porém ignorava esse traço do caráter nacional alemão (MORGENTHAU, 2003, p. 259-62).

Destarte, há, no mínimo, duas perspectivas culturais relevantes no pensamento de Morgenthau em “A política entre as nações”: o imperialismo cultural e a índole nacional. A primeira dimensão, vista como um dos aspectos do poder na política internacional, tem relevância compatível, no presente trabalho, com a abordagem de Carr em relação ao controle sobre a opinião. Ambas as abordagens enfocam três facetas do poder, sendo uma delas a cultura, reforçando a inferência já feita sobre a forma convencional de percepção do poder pelo paradigma realista.

Metodologicamente, o realismo considera os Estados nacionais como unidades de análise, ou seja, na qualidade de protagonistas, esses atores agem de forma coesa no sistema internacional. O estudo de Morgenthau sobre a índole nacional reforça essa perspectiva, haja vista a existência de uma série de diretrizes, constantes e imutáveis, que formam o caráter da nação. Desta forma, o método racional, positivista, empirista, tradicionalmente empregado nas Ciências Sociais, encontra, na análise da dimensão cultural desse autor, argumentos compatíveis com sua sistematização das Relações Internacionais como ciência.

### **3. Raymond Aron: as ideias e o sistema internacional**

Aron (2002, p. 131) apresenta o poder, a glória e a ideia como os três objetivos eternos na política externa de um Estado. As civilizações lutariam entre si por espaço territorial, para subjugar os

indivíduos das demais nações e para expandir determinadas ideias, sejam elas sociais ou religiosas. A noção de verdade universal, como Carr havia previamente analisado ao tratar da expansão ideológica no âmbito da Internacional Comunista, encontra-se presente na conceituação de ideia por Aron. A separação desses três objetivos é trabalhosa, já que a delimitação entre eles não se apresenta clara em situações concretas.

Três exemplos históricos são analisados por Aron: as Cruzadas não conteriam o objetivo “ideia”, haja vista o propósito dos cruzados de libertar os lugares sagrados do cristianismo, e não a conversão dos muçulmanos à religião cristã; da mesma forma, a ocupação israelense da Palestina não visava à conversão dos muçulmanos ao judaísmo; por sua vez, os monarcas europeus do antigo regime buscavam, em grande medida, territórios e vassalos em detrimento da expansão de dogmas específicos (ARON, 2002, p. 131).

Aron estuda, desta maneira, a mesma temática do imperialismo cultural explorada por Morgenthau, e corrobora com este ao afirmar não haver subordinação entre os objetivos de política internacional. Contudo, Aron destaca uma diferença importante nos conflitos movidos pelo desejo de glória e pelas ideias: o seu caráter ilimitado, universal. Ou seja, “Se o objetivo é vencer para ser reconhecido como vencedor, ou vencer para impor a verdade, basta que haja igual resolução do outro lado para que a violência chegue a um extremo” (ARON, 2002, p. 133). Por outro lado, na medida em que a motivação seja a conquista de um determinado território ou a submissão de indivíduos, a guerra provavelmente terá fim com a efetivação desse objetivo concreto.

A persuasão também é abordada por Aron, contudo, diferentemente de Carr e de Morgenthau, o foco da análise não é a propaganda, mas a atuação dos diplomatas e dos intelectuais em tempos de paz. Os diplomatas seriam os responsáveis para aumentar o número de aliados ou, no mínimo, reduzir a quantidade de inimigos do Estado. Os intelectuais, motivados pela busca da glória da nação, estabeleceriam ligações filosóficas profundas entre os Estados (SUPPO, 2012, p.19).

O fator cultural também é relevante na análise das características do sistema internacional. As “ideias e sentimentos”, de acordo com Aron (2002, p. 159), influenciam o comportamento externo dos Estados. Inclusive, há, a partir dessa noção, uma distinção do sistema internacional. Os sistemas formados por Estados cujas concepções políticas são assemelhadas constituem estruturas homogêneas. O sistema europeu, das guerras de religião à Revolução Francesa, teria seguido essa tendência. O exemplo mais evidente de sistema homogêneo teria sido a Santa Aliança, criada por Rússia, Áustria e Prússia e que se fundamentava em princípios comuns como a legitimidade, a intervenção, as compensações e o equilíbrio entre as potências europeias.

Por outro lado, os sistemas heterogêneos, instituídos por Estados que seguiriam princípios diferentes e valores contrastantes, teriam como exemplo o mundo pós-Segunda Guerra Mundial, ou seja, o sistema bipolar. Além disso, as contradições domésticas nesses arranjos heterogêneos também levam instabilidade ao sistema internacional, haja vista a competição pelo poder exercida pelas elites nacionais com valores e ideais diferentes. De acordo com Aron (2002, p. 161), historicamente, os períodos de maior instabilidade no sistema internacional foram aqueles nos quais a legitimidade e a organização interna dos Estados sofreram questionamentos mais ferozes.

Por fim, na sua análise sobre as nações e os regimes, Aron (2002, p. 380) explora o caráter nacional, como fizera Morgenthau, e as consequências diplomáticas e estratégias que as diferentes índoles nacionais exercem sobre a atuação externa das nações. Assim, a Grã-Bretanha, pela sua característica de ser um Estado comercial, seguiria estratégia predominantemente econômica nas suas relações internacionais, enquanto a França teria na busca da glória a diretriz básica para a sua ação em política externa. Contudo, Aron assume não ser apenas esse caráter nacional que ditaria o comportamento dos Estados no longo prazo. Aspectos técnicos, geográficos e políticos desempenhariam, também, papel importante.

Destarte, há, na obra “Paz e guerra entre as nações”, pelo menos duas dimensões relevantes em relação ao fator cultural. Pode-se equiparar a noção de “ideia”, enquanto objetivo externo do Estado, com a concepção do “poder sobre a opinião” analisada por Carr e o “imperialismo cultural” de Morgenthau. O paralelismo entre essas três conjecturas questiona a usual concepção sobre o poder e sobre a hierarquização das temáticas efetuada pelo paradigma realista da maneira como este é comumente descrito na historiografia das Relações Internacionais.

O papel das “ideias e sentimentos”, o sistema heterogêneo e, principalmente, a influência que o ambiente doméstico pode exercer na política internacional evidenciam que a análise dos Estados nacionais como unidades coesas, característica do realismo, pode ser questionada. Uma vez que o caráter nacional não é suficiente para determinar a ação externa dos países no sistema internacional, diferentemente daquilo exposto por Morgenthau, e que a motivação das elites nacionais pode causar instabilidade e desorganização nacionais, a noção de unidades políticas coesas e integradas mostra que, mesmo sendo um modelo metodológico, não representa, no pensamento clássico do realismo, fundamentação para a construção dessa teoria da forma como ela é usualmente concebida.

### **Considerações Finais**

Mostra-se evidente a importância da dimensão cultural no estudo do controle sobre a opinião em Carr, do imperialismo em Morgenthau e dos objetivos da política externa em Aron. Todos esses aspectos

possuem características culturais comuns, relevantes para a compreensão geral da análise do poder por esses três autores e, conseqüentemente, da maneira como esse pressuposto, fundamental para o paradigma realista, foi construído, desconsiderando, em grande medida, aspectos não relacionados à força militar. Contesta-se, destarte, o argumento realista sobre a hierarquia dos assuntos em política internacional.

Conclui-se, ainda, que a análise metodológica realizada pelo realismo, ao considerar os Estados como unidades coesas, é corroborada pela noção de índole nacional presente em Morgenthau, uma vez que essa índole guiaria, devido a características culturais predominantes, a ação estatal em política externa. Por outro lado, Aron, no seu estudo sobre a heterogeneidade do sistema internacional como consequência, em certa medida, das diferenças de “ideias e sentimentos” presentes no âmbito doméstico, apresenta argumentos que podem ser utilizados para questionar a coesão das unidades nacionais, na medida em que possíveis instabilidades causadas pela ação de elites internas podem desestabilizar a sociedade internacional.

Diante do que foi exposto, entende-se que o estudo das obras clássicas adotadas pelo paradigma realista, quando realizado sob a perspectiva da dimensão cultural, auxilia a compreender, de forma mais ampla, aspectos usualmente considerados como secundários, ou até mesmo inexistentes, no pensamento desses autores. Conseqüentemente, análises nesse sentido podem contribuir para uma melhor apreensão sobre a maneira como o paradigma realista tem sido explorado.

## Referências

ARON, Raymond. (2002). **Paz e guerra entre as nações**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Ed. da UnB: IPRI. (Clássicos IPRI, 4). Publicado em [<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0043.pdf>]. Disponibilidade: 10/07/2014.

CARR, Edward H. (2001). **Vinte anos de crise: 1919-1939**: uma introdução ao estudo das relações internacionais. 2. ed. Prefácio Eiiti Sato. Tradução Luiz Alberto Figueiredo Machado. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Ed. da UnB: IPRI. (Clássicos IPRI, 1). Publicado em [[http://funag.gov.br/loja/download/40-Vinte\\_Anos\\_de\\_Crise\\_-\\_1919-1939.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/40-Vinte_Anos_de_Crise_-_1919-1939.pdf)]. Disponibilidade: 02/07/2014.

DUNNE, Tim; SCHMIDT, Brian C. (2011). Realism. In: BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia (org.). **The globalization of world politics: an introduction to international relations**. 5.ed. New York: Oxford University Press, 86-99.

JATOBÁ, Daniel (2013). **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva.

LESSA, Antônio Carlos (2012). Prefácio. In: SUPPO, Hugo Rogelio; LESSA, Mônica Leite (Org.). **A quarta dimensão das relações internacionais**: a dimensão cultural. Rio de Janeiro: Contra Capa, 7-9.

MARTINS, Estevão de Rezende (2007). **Cultura e Poder**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva. (Coleção Relações Internacionais).

MORGENTHAU, Hans J. (2003). **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Prefácio Ronaldo M. Sardenberg. Tradução Oswaldo Biato. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Ed. da UnB: IPRI. (Clássicos IPRI, 8). Publicado em [<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0179.pdf>]. Disponibilidade: 17/07/ 2014.

SCHMIDT, Brian C. (2005). On the History and Historiography of International Relations. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. (Ed.). **Handbook of International Relations**. London: Sagep, 3-22.

SUPPO, Hugo Rogelio. (2012). O papel da dimensão cultural nos diferentes paradigmas das relações internacionais. In: SUPPO, Hugo Rogelio; LESSA, Mônica Leite (Org.). **A quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 13-43.

VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. (2013). **International Relations Theory**. 5ª ed. New York: Longman.